

## CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA

### Aviso

**95/2007** - Avisam-se as empresas interessadas em concorrer ao concurso público para execução da empreitada de Ampliação da Escola EB JI Francisco Faria e Maia – Cabouco, de que nesta data foi enviado para publicação no *Diário da República* (II Série) o anúncio do concurso público para a referida empreitada.

19 de Janeiro de 2007. - O Presidente da Câmara Municipal, *João António Ferreira Ponte*.

---

---

## CÂMARA MUNICIPAL E ANGRA DO HEROÍSMO

### Avisos

**96/2007** - Luis Elmiro Carreira Mendes, Vereador com competência delegada pelo Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo:

Torna público que, nos termos do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, (adaptado à Região Autónoma dos Açores pelo Decreto Legislativo Regional n.º 14/2000/A, de 23 de Maio, com a redacção do Decreto Legislativo Regional n.º 24/2003/A, de 22 de Maio) aplicável por força do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/201 de 4 de Junho, é aberto um período de discussão pública sobre o pedido de alteração do alvará de loteamento n.º 24/95, de 10 de Julho, emitido em nome de Emília Costa Franco Pato França.

O respectivo projecto, será exposto na sede deste Município.

O período de discussão pública e de exposição do respectivo projecto é de 15 dias com início no dia 29 de Janeiro de 2007, sendo o horário coincidente com o horário dos serviços, onde se encontrará exposto.

Mais se faz saber que os interessados deverão apresentar as suas reclamações, observações ou sugestões, por escrito, na Secção de Atendimento ao Público, sendo as mesmas dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal.

**97/2007** - Luis Elmiro Carreira Mendes, Vereador com competência delegada pelo Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Torna público que, nos termos do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, (adaptado à Região Autónoma dos Açores pelo Decreto Legislativo Regional n.º 14/2000/A, de 23 de Maio, com a redacção do Decreto

por força do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/201 de 4 de Junho, é aberto um período de discussão pública sobre o pedido de alteração do alvará de loteamento n.º 40/96, de 29 de Novembro, emitido em nome de Hélio Bettencourt de Matos.

O respectivo projecto, será exposto na sede deste Município.

O período de discussão pública e de exposição do respectivo projecto é de 15 dias com início no dia 29 de Janeiro de 2007, sendo o horário coincidente com o horário dos serviços, onde se encontrará exposto.

Mais se faz saber que os interessados deverão apresentar as suas reclamações, observações ou sugestões, por escrito, na Secção de Atendimento ao Público, sendo as mesmas dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal.

19 de Janeiro de 2007. - O Vereador com competência delegada, *Luis Elmiro Carreira Mendes*.

---

---

## CÂMARA MUNICIPAL DE PRAIA DA VITÓRIA

### Aviso

**98/2007** - Para os devidos e legais efeitos se torna público que, por deliberação da Câmara Municipal de 31 de Outubro de 2006 e da Assembleia Municipal de 19 de Janeiro de 2007, foi aprovado aditar ao artigo 30.º, do Regulamento de Trânsito da Praia da Vitória, o seguinte arruamento:

Caminho Professor Doutor Vitorino Nemésio, no sentido sudeste-nordeste.

Esta alteração produz efeitos no dia seguinte ao da sua publicação na 2.ª série do *Jornal Oficial*.

23 de Janeiro de 2007. - O Presidente da Câmara Municipal, *Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro*.

---

### Regulamento

**12/2007** - Nos termos e para efeitos legais se torna público que, por deliberação da Câmara Municipal de 20 de Setembro de 2006 e da Assembleia Municipal de 19 de Janeiro de 2007, foi aprovado o Regulamento Municipal de Apoio à Recuperação de Habitações Degradadas, anexo ao presente aviso.

Este regulamento entra em vigor no dia seguinte à sua publicação.

22 de Janeiro de 2007. - O Presidente da Câmara Municipal,

No âmbito do quadro legal de atribuições das autarquias locais, primordialmente identificado com a Lei n.º 159/99 de 14 de Setembro, é incumbido aos municípios, em geral, o dever de prosseguir os interesses próprios, comuns e específicos das populações respectivas, designadamente, no que tange ao desenvolvimento, à salubridade pública e à defesa e protecção do meio ambiente e da qualidade de vida do respectivo agregado populacional.

Por outro lado, constitui uma competência das câmaras municipais a prestação de apoio a estratos desfavorecidos, pelos meios adequados e nas condições constantes de regulamento municipal, nos termos do disposto no artigo 64.º, n.º 4, alínea c), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

A existência de habitações condignas representa um dos vectores base essenciais para a qualidade de vida dos munícipes. Todavia, um significativo estrato da população, quer por motivos de ordem sócio-económica, quer por motivos de reduzida instrução e real carência económica, só muito dificilmente consegue, de facto, colmatar as dificuldades estruturais em matéria de condições mínimas de salubridade habitacional bem como promover o seu adequado enquadramento técnico.

Por conseguinte, a Câmara Municipal pretende intervir activamente no presente domínio, em termos de prossecução das suas atribuições e em ordem à melhoria das condições habitacionais inerentes aos agregados familiares comprovadamente mais carenciados.

### Cláusulas Gerais

1. O presente Regulamento estipula as condições de concessão de apoios destinados à melhoria das condições habitacionais básicas de agregados familiares carenciados no Município.

2. Os apoios em causa, são sempre concedidos em espécie, cifrando-se na atribuição de materiais de construção, utilização de maquinaria e mão-de-obra, bem como na elaboração de projectos ou estudos de natureza técnica que se afigurem necessários ao licenciamento ou autorização municipal de obras.

3. Os apoios serão concedidos para a realização de obras:

- a) Não abrangidos por programas de apoio do Governo Regional;
- b) Abrangidas por programas de apoio do Governo Regional cujos apoios se revelem, comprovadamente, insuficientes para a sua realização.

4. Os apoios destinam-se à execução das obras que a seguir se enunciam e outras de natureza similar:

- a) Substituição de coberturas (madeira e/ou telhas), pintura, reboco;
- b) Construção ou recuperação de instalações sanitárias;
- c) Ampliação de moradias;
- d) Conclusão de obras cuja execução se encontra suspensa;

5. Os apoios são avaliados por ordem de entrada na Câmara Municipal, nas condições previstas no presente Regulamento, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

6. Será dada prioridade às famílias que integram no seu espaço crianças, idosos e deficientes.

7. A concessão de materiais encontra-se limitada ao montante global da verba anualmente aprovada pelos órgãos municipais para esse efeito, sem prejuízo de eventual alteração orçamental.

8. O total dos apoios concedidos a cada agregado familiar e por habitação disponibilizados pela Câmara Municipal nunca poderão ultrapassar o valor equivalente a € 7.500.

9. Constituem condições de acesso ao apoio:

- a) A residência no Município há, pelo menos, 1 ano;
- b) O rendimento *per capita* do agregado familiar ser igual ou inferior a 80% do salário mínimo regional fixado para o ano civil a que se reporta o pedido de apoio;
- c) O licenciamento, autorização ou comunicação prévia das obras, consoante os casos, nos termos do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção do Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, (R.J.U.E);
- d) Não terem sido objecto de apoio do Município, para o mesmo fim, nos últimos 2 anos.

10. Os encargos mensais fixos e permanentes do agregado familiar com, designadamente, a saúde e a habitação, e, bem assim, com despesas provenientes directamente de decisões judiciais, todos comprovadamente existentes, serão deduzidos ao rendimento identificado na alínea b) da cláusula anterior.

11. Nos casos em que se verifique a existência de membro(s) do agregado familiar, que seja(m) de maior idade, que não apresente(m) qualquer declaração de rendimentos e não faça(m) prova de se encontrar(em) incapacitado(s) para o trabalho, ou reformados por velhice ou invalidez, presume-se, salvo prova em contrário, que auferir(em) de rendimento o valor equivalente a um salário mínimo regional.

12. Os documentos que instruem o processo de candidatura aos apoios são os que a seguir se enunciam:

- a) Formulário de candidatura (Anexo I), a fornecer pela Câmara Municipal, devidamente preenchido e assinado pelo requerente;
- b) Declaração de compromisso de honra (Anexo II) em como o requerente:

- I. Reúne as condições de acesso aos apoios;
- II. Não alienará o imóvel durante os cinco anos subsequentes à percepção dos apoios;
- III. Habitará efectivamente naquele imóvel com residência permanente pelo mesmo período de tempo previsto na alínea anterior;
- IV. Não beneficiou de qualquer outro apoio para o mesmo fim ou de que o mesmo é insuficiente;
- V. Não usufrui de quaisquer outros rendimentos para



- c) Atestado de residência emitido pela respectiva junta de freguesia, comprovativo do disposto na alínea a) da cláusula n.º 9 e da composição do agregado familiar;
- d) Fotocópia do Bilhete de Identidade, do cartão de contribuinte, e do cartão de beneficiário devidamente actualizados;
- e) Declaração de rendimento mensal actual do agregado familiar, emitida pela entidade patronal, ou apresentação da última declaração de rendimento (IRS) do agregado familiar apresentada no serviço de Finanças, no caso de se tratar de trabalhador por conta própria;
- f) Projecto de obra, quando legalmente exigível;
- g) Quando necessário, apresentação do alvará de licença ou de autorização municipal que titula a execução das obras;
- h) Documento comprovativo da propriedade ou posse do imóvel ou autorização do respectivo proprietário (Anexo III), para a realização das obras.

13. A decisão de concessão dos apoios nos termos previstos no presente Regulamento compete à Câmara Municipal, sem prejuízo de tal competência poder ser objecto de delegação, nos termos do artigo 65.º, n.º 1, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

**Cláusulas especiais**

14. Em casos devidamente fundamentados por motivos de necessidade imperiosa a Câmara Municipal poderá autorizar a alienação e/ou desocupação do imóvel objecto do apoio sem que tenha decorrido o período de cinco anos previsto na cláusula n.º 12.

15. No caso de incumprimento do compromisso previsto na alínea b) da cláusula n.º 12, o infractor constitui-se no dever de indemnizar a Autarquia, nos termos gerais de direito.

16. Não poderá ser dado outro fim ao imóvel que não seja o habitacional do próprio, sem prejuízo da aplicação do disposto na cláusula n.º 14.

17. Salvo casos de força maior, as obras deverão ser iniciadas no prazo máximo de três meses contados, consoante os casos, da concessão do alvará de autorização ou licença, do termo do prazo de pronúncia sobre comunicação prévia, ou da decisão de atribuição do apoio, devendo ser concluídas no prazo máximo de 12 meses.

18. A Câmara Municipal poderá, em qualquer altura, requerer ou diligenciar por qualquer meio de prova idóneo comprovativo da veracidade das declarações apresentadas pelos concorrentes ou da sua real situação económica e familiar.

19. No caso de verificação dolosa de falsas declarações, o concorrente terá imediatamente de repor os apoios em espécie concedidos, sem prejuízo de efectivação das responsabilidades civis ou criminais que ao caso houver lugar.

20. Para efeitos do disposto na cláusula anterior, no caso de a reposição em espécie não se afigurar possível, o bene-

21. A Câmara Municipal organizará processos individuais compostos, pelo menos, pelos seguintes elementos:

- a) Requerimento de candidatura e demais documentos apresentados pelo requerente, nos termos da cláusula n.º 12 do presente Regulamento;
- b) Planta de localização do imóvel;
- c) Fotografia do imóvel;
- d) Memória descritiva das obras a executar e respectiva listagem;
- e) Tipo, quantidades e valor global dos apoios concedidos por cada agregado familiar.

22. Um técnico da Câmara Municipal fiscalizará as obras e os apoios concedidos serão disponibilizados em função das disponibilidades da Câmara Municipal e à medida do bom andamento das mesmas obras, em função do prazo de execução previsto.

23. Os casos omissos serão decididos por deliberação da Câmara Municipal.

24. Os beneficiários ficam obrigados a assinar a declaração de compromisso (Anexo II).

**ANEXO I**

Proc. N.º \_\_\_\_\_  
 Registado em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_  
 Por \_\_\_\_\_

Ex.mo Senhor  
 Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória

**Regulamento Municipal de Apoio à Recuperação de Habitação Degradada**

**REQUERIMENTO**

(Nome completo) \_\_\_\_\_  
 profissão \_\_\_\_\_,  
 residente em \_\_\_\_\_,  
 n.º \_\_\_\_\_, na freguesia de \_\_\_\_\_, deste  
 concelho da Praia da Vitória, contribuinte fiscal n.º \_\_\_\_\_,  
 com o telefone n.º \_\_\_\_\_, vem pelo  
 presente solicitar apoio para a realização das obras abaixo  
 referidas, em casa própria/ arrendada (riscar o que não intere-  
 ressa), por não ter disponibilidade financeira para as realizar:

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

Mais informa que o seu Agregado Familiar é composto por  
 \_\_\_\_\_ elementos:

Parentesco	Nome	Idade	Profissão

Praia da Vitória, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

**ANEXO II****Declaração de compromisso**

(Identificação do requerente) \_\_\_\_\_, abaixo-assinado, declara, sob compromisso de honra, a fim de poder beneficiar dos apoios contemplados no Regulamento Municipal de Apoio à Habitação Degradada, que:

- a) Reúne as condições de acesso aos apoios;
- b) Não alienará o imóvel durante os cinco anos subsequentes à percepção dos apoios;
- c) Habitará efectivamente naquele imóvel com residência permanente pelo mesmo período de tempo previsto na alínea anterior;
- d) Não beneficiou de qualquer outro apoio para o mesmo fim ou de que o mesmo é insuficiente;
- e) Não usufrui de quaisquer outros rendimentos para além dos declarados.

O declarante obriga-se, ainda por este meio, para todos os legais e devidos efeitos a respeitar, integralmente, todas as condições estabelecidas no mesmo Regulamento para a percepção do apoio requerido.

(Data e assinatura)

**ANEXO III****Declaração de Autorização**

(Nome completo) \_\_\_\_\_, profissão \_\_\_\_\_, residente em \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, na freguesia de \_\_\_\_\_, do concelho \_\_\_\_\_, contribuinte fiscal n.º \_\_\_\_\_, com o telefone n.º \_\_\_\_\_, vem pela presente autorizar (nome do inquilino) \_\_\_\_\_, a realizar as obras de beneficiação abaixo referidas, no imóvel sito \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, na freguesia \_\_\_\_\_ descrito na conservatória do Registo Predial da Praia da Vitória sob o n.º \_\_\_\_\_ e inscrito na Matriz Predial Urbana/Rústica/Mista (riscar o que não interessa) sob o artigo \_\_\_\_\_ da respectiva freguesia.

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
Praia da Vitória, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

(Assinatura Autenticada)

## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DA GRACIOSA

### Aviso

**99/2007** - José Ramos de Aguiar, Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, dando cumprimento ao que determina o artigo 275.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, a seguir publica a listagem de todas as adjudicações de obras públicas efectuadas por esta Câmara Municipal no ano 2006.

Designação da empreitada	Tipo de concurso	Valor da adjudicação (s/ IVA)	Adjudicatário	Data da Adjudicação
Abastecimento de Água do Caminho da Igreja / Caminho das Courelas	Concurso Público	198.900,00€	Tecnovia Açores – Sociedade de Empreitada, S.A.	10/08/2006
Construção de Zona Balnear, Desportiva e Lazer – Instalações Sanitárias Públicas de Apoio	Concurso Limitado	44.374,21€	EDIFER – Construções Pires Coelho & Fernandes, Lda.	12/09/2006
Construção do Edifício do Posto de Transformação – Pavilhão desportivo de Santa Cruz da Graciosa	Concurso Limitado	21.632,92€	Somague – Ediçor, Engenharia, S.A.	20/10/2006